



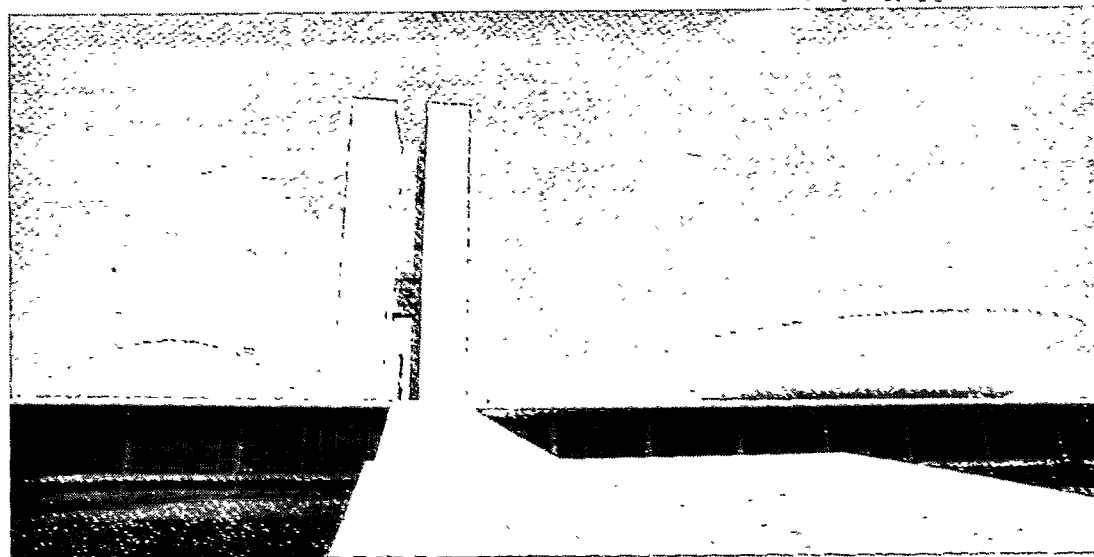
# República Federativa do Brasil

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 154

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1983



## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 374ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1983

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS** — Reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, sobre a invasão da República de Granada.

**DEPUTADO FRANCISCO DIAS** — Discriminação religiosa que vem ocorrendo no âmbito das Forças Armadas. Declarações atribuídas ao Governador Franco Montoro, atinentes à negociação do chamado "mandato tampão" para o sucessor do Presidente Figueiredo.

**DEPUTADO JORGE UEQUED** — Considerações sobre a crise na Previdência Social.

**DEPUTADO MOZARILDO CAVALCANTI** — Formação do Bloco Parlamentar da Fronteira, constituído por Deputados de Roraima, Amapá e Rondônia, integrantes do PDS.

**DEPUTADO JOACIL PEREIRA**, Como Líder do PDS — Apreciação do discurso do Sr. Jorge Uequed, proferido na presente sessão.

**DEPUTADO LUIZ HENRIQUE** — 125º aniversário de fundação da Sociedade Ginástica de Joinville — SC.

**DEPUTADO HÉLIO MANHÃES**, como Líder do PMDB —

Observações sobre o discurso proferido anteriormente pelo Sr. Joacil Pereira.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** — 20º aniversário da morte do Presidente Kennedy.

**DEPUTADO FRANCISCO AMARAL** — Homenagem a D. Hélder Câmara, a propósito da aproximação da idade limite para que aquele prelado permaneça em atividade no ministério religioso.

**DEPUTADO FRANCISCO SALES** — Exatidão dos recursos destinados ao Poder Legislativo no Orçamento da União para o próximo exercício financeiro.

**DEPUTADO JORGE CARONE** — Morosidade do andamento de projeto apresentado por S. Exª, na

### CONGRESSO NACIONAL

(\*) PARECER Nº 196, DE 1983-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, oferecendo a redação final do Projeto de Lei nº 7, de 1983-CN, que "aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986".

#### Ata da 374ª Sessão Conjunta, em 22 de novembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Dervál de Paiva — Roberto Campos — José Frágelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming —

(\*) Será publicado em Suplemento à presente edição.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 3.000,00
Ano .....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Câmara dos Deputados, objetivando acabar com o voto de liderança.

## 1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

## 1.2.3. — Comunicação da Presidência

— Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que menciona.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 1.3 — ENCERRAMENTO

## 2 — ATA DA 375ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1983

## 2.1 — ABERTURA

## 2.1.1 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Paulo Guerra e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

## 2.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

## 2.2 — ENCERRAMENTO

## 3 — ATA DA 376ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1983

## 3.1 — ABERTURA

## 3.1.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Armando Pinheiro, referente a inclusão de propostas de emenda à Constituição, em Ordem do Dia, dentro de critérios regimentais que não estariam sendo cumpridos pela Mesa.

## 3.1.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Assis Canuto, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

## 3.1.3 — Fala da Presidência

Resposta à questão de Ordem levantada pelo Sr. Armando Pinheiro.

## 3.1.4 — Intervenção

Do Sr. Cardoso Alves, contraditando a questão de ordem suscitada pelo Sr. Assis Canuto, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão, bem como a questão de ordem formulada pelo Sr. Armando Pinheiro.

## 3.1.5 — Chamada para verificação de quorum para o prosseguimento da sessão

## 3.1.6 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Hélio Duque e contraditada pelo Sr. Assis Canuto, no concernente ao processo de verificação de **quorum**, quanto à sua tempestividade.

## 3.1.7 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de **quorum** de Senadores em plenário, para o prosseguimento da sessão.

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 3.2 — ENCERRAMENTO

## Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

## Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

## Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arraípe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

## Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

## Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

## Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos —

PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

## Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

## Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio

Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

## Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

#### Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Aroide de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Omar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tider de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Eptácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos.

**O SR. DÉLIO DOS SANTOS** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Eu pediria a V. Exª a transcrição, nos Anais desta Casa, de uma reportagem publicada no **Jornal do Brasil**

sobre a invasão da República de Granada, pelas tropas norte-americanas, reportagem essa que é um relato fiel dos acontecimentos, e que mostra exatamente uma população indefesa, localizada numa pequena ilha, com cerca de 100 mil pessoas, de uma hora para outra, foram surpreendidas pelos **marines** norte-americanos:

A invasão da República de Granada, situada em uma ilha de 100.000 habitantes, nas Antilhas, pelas tropas norte-americanas, está a merecer de todos os povos amantes da paz o mais veemente repúdio. É a nova escalada do imperialismo na América Central, sob o comando belicista de Ronald Reagan. De uma hora para outra, milhares de fuzileiros navais desembarcaram na ilha, após intensos bombardeios contra populações indefesas. **O Jornal do Brasil**, em sua edição de 12 do corrente mês, publicou uma reportagem, sob o título "Granada, as imagens da guerra que ninguém viu", de autoria de Fritz Utzeri, cuja leitura peço permissão para fazê-la:

"Nova Iorque — Se chegar a Granada já foi duro para os jornalistas americanos, para um fotógrafo de um país do terceiro mundo foi mais difícil ainda. Passada a guerra e só depois que todos os profissionais americanos, seguidos dos ingleses e outros europeus, puderam embarcar para Granada, brasileiros, colombianos, mexicanos e outros tiveram a sua vez.

O que encontraram, no relato do fotógrafo U. Dettmar, o único brasileiro a ir à ilha, foi um povo pobre, numa ilha esmagada pelo poderio dos invasores, que incluía navios a toda a sua volta com os canhões apontados dia e noite para a terra, assistindo indiferente à passagem de **marines** que pareciam estar fazendo de tudo para agradar o povo em silêncio.

— Para nós é sempre uma frustração chegar quando as coisas já acabaram e só pegamos a sobra da sobra — observa, com alguma amargura, Dettmar, que já esteve em El Salvador e Nicarágua. Lá a situação era de guerra, sentia-se a presença do inimigo, algumas vezes tivemos que nos jogar no chão para não sermos atingidos por rajadas de metralhadora. Mas em Granada, a todo momento eu não podia deixar de surpreender-me sem entender direito o que os americanos, com tamanho poderio, a ponto de encherem totalmente de tropas e material o Aeroporto da Ponta do Sal, tinham ido fazer lá.

As fotos de Dettmar não falam da batalha que ninguém viu, devida à censura militar. Mostram a guerra através da ocupação, como a cena do prisioneiro cubano amarrado no chão, vestindo apenas uma calça de **jogging**, do soldado pintado o rosto da menininha de ar tenso, da ruínas do Fort Frederick ("parecia mais um barracão do que uma fortificação") e do manicômio, totalmente arrasado, onde os americanos falavam em 17 mortos, mas o forte cheiro de podre que saía debaixo dos escombros denunciava outras baixas.

— Eles disseram que jogaram as bombas porque havia uma bandeira do Exército de Granada no teto do manicômio — conta Dettmar, mas a única testemunha do bombardeio, Norman Larry, um doído que passa o dia cantando e mostrando um retrato de Cristo, não fala, talvez temeroso da loucura dos **sãos**. Aconstumado a guerras, o fotógrafo nada viu na ilha que denunciasse grande poderio russo ou cubano.

Ele não foi levado, nem pôde ir, aos armazéns que os americanos disseram ter encontrado na ilha, cheios de armas cubanas (relatos parcialmente desmentidos mais tarde). "As únicas que vi foram umas quatro ou cinco caixas de munições no forte, além do chamado "material comunista", desse mesmo tipo que cansei de ver em missões jornalísticas no Brasil, nos anos 60 e 70. Ou é material padrão dos

comunistas ou já vem pronto", diz com uma ponta de ironia bem brasileira.

Nos Estados Unidos — em meio a uma onda de militarismo sem precedentes, há cerimônias militares, com grandes exibições de bandas, bandeiras e medalhas a toda hora — a televisão mostrou muitas cenas de populares confraternizando com os soldados em Granada. A realidade que Dettmar viu é um pouco diferente. As crianças aproximavam-se dos militares entre curiosas e fascinadas, ainda mais porque os soldados tudo faziam para atraí-las. A população "igualzinha à de um distrito pobre de Nova Iguaçu — muitos de pés no chão, e a criação de porcos e galinhas, andando solta pela rua — mantinha em geral uma atitude de indiferença, silêncio e observação."

Antes de embarcar, todos os jornalistas tinham que assinar um termo pelo qual ficavam sabendo que não teriam qualquer ajuda na ilha e que ninguém se responsabilizaria por eles. "Foram mais de quatro dias no aeroporto de Barbados para conseguir embarcar". Em Granada, durante os 10 dias que passou na ilha, todos tinham que se recolher até as oito da noite, pois o toque de recolher (ironicamente um dos motivos usados para justificar a invasão), agora decretado pelos americanos, vigorava até as cinco da manhã.

Os restos da guerra estavam por toda parte. Carros incendiados, muros picotados de balas, material bélico americano, incluindo helicópteros, destruído. Helicópteros patrulhavam 24 horas por dia e à noite ouviam-se às vezes algumas rajadas de metralha. "mas não dava para saber se era combate ou só algum soldado nervoso". Durante o tempo em que os brasileiros estiveram na ilha foram presos seis cubanos. Amarrados, eram observados sempre de perto por pesadas escoltas armadas, embora às vezes houvesse um gesto de solidariedade de um **ranger** ou fuzileiro, como o de dar um cigarro ao preso e acendê-lo.

— O que mais me chocou foi descobrir, perto da cidade, que soldados cubanos mortos não haviam sido enterrados, 10 dias depois de iniciada a invasão. Um, que eu vi, tinha a metade da cabeça destrocada e um grande buraco no abdome. Ainda vestia roupas militares e botas, o pessoal da ilha dizia que era cubano, e ele estava ali apodrecendo à vista de todos há pelo menos uma semana — conta.

Enquanto isso, os americanos passavam em seus caminhões acenando para os habitantes: "Eles pareciam desconfiados, bem diferentes de soldados que encontrei em situações de guerra e de 200 em 200 metros faziam-nos descer do carro, reviravam tudo e, sempre coma maior educação, repetiam: "Have a nice day".

— O dono do hotel em que fiquei — lembra Dettmar — uma espelunca de 12 quartos, é um velho de 87 anos. Ele conheceu o domínio dos ingleses, a independência e a ascensão de Maurice Bishop. Ele disse que não gostava dos comunistas, nem de Bishop, assassinado dias antes da invasão. "Apesar disso, se Bishop estivesse vivo, os americanos não teriam invadido facilmente, porque boa parte do povo de Granada gostava dele e confiava nele. Com sua morte quase ninguém saiu à rua para defender-se", contou o velho ao fotógrafo num dos poucos momentos em que conseguiu quebrar a distância feita de silêncio que o separava dos ilhéus ocupados".

O que assistimos foi a um ato de pirataria internacional.

Quero, Sr. Presidente, registrar o meu protesto e, ao mesmo tempo, dizer que os povos da América Latina devem ficar atentos e não se iludirem com a "política do

dólar". Esta significa exploração de nossas economias e das nossas riquezas naturais. Contra ela devemos nos unir, sob pena de aumentar a fome e a miséria em nossos países. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** — (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O art. 153, da Constituição Federal, em seu § 7º, determina que:

"Sem caráter de obrigatoriedade, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às forças armadas e auxiliares, e, nos estabelecimentos de internação coletiva, aos interessados que a solicitarem, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais."

Ocorre que aquele dispositivo não vem sendo observado, na sua íntegra, vez que sempre são opostos embargos para que Ministros de Religião freqüentemente os locais onde existem as concentrações humanas aludidas no texto constitucional.

Nas Forças Armadas, em geral, se pratica a discriminação contra as minorias religiosas. Havendo uma Capelanía Católica Romana, geralmente ocupada por um Sacerdote elevado à condição de Oficial da Força, este manipula a Assistência Religiosa, discriminando as demais denominações, sob alegações várias, que não se fundamentam em preceitos legais.

O Protestantismo brasileiro, e em todas as partes do mundo, se representa através de denominações evangélicas, que trabalham como paradigmas das chamadas "ordens religiosas", da Igreja Católica. Assim como na Igreja de Roma, existem sacerdotes Jesuítas, Capuchinos, Dominicanos, Salesianos, etc., na comunidade Protestante existem Pastores Presbiterianos, Congregacionais, Batistas, Metodistas, Pentecostais, etc. Não que estas denominações, como aquelas ordens, sejam "religiões". Mas, nas Forças Armadas brasileiras, as denominações protestantes são identificadas como religiões diferentes umas das outras e, assim, "divididas e classificadas", segundo o critério adotado, não reúnem número suficiente de adeptos para merecerem a nomeação de Capelães que os assista.

Ora, o mesmo entendimento deveria ser adotado para o Catolicismo. Os Sacerdotes seriam nomeados e escolhidos Capelães de acordo com os membros de suas ordens, leigos, que servissem nas Forças Armadas.

A discriminação religiosa, nas Forças Armadas, é uma realidade, o mesmo acontecendo nos estabelecimentos de internação coletiva. Já se defendeu a tese da não necessidade da assistência de Pastores, nas penitenciárias, porque lá não se encontram crentes evangélicos. Entendo que esta afirmação deva ser o mais forte argumento à presença de Pastores e de Evangelistas nas penitenciárias. Se crentes não se corrompem, não ingressam na senda do crime, por certo é porque os seus Pastores e Líderes lhes doutrinam e orientam de forma satisfatória. É porque a doutrina os disciplina e os corrige, detendo os seus passos no caminho do bem, da ordem, da decência e da moralidade.

Cerram as portas à presença de Pastores e de Orientadores Espíritas. Nomeiam-se Sacerdotes Católicos Romanos. E assim discrimina-se uma parcela da população, em detrimento da liberdade religiosa e de consciência, em desrespeito aos ditames constitucionais, num flagrante ato de não observação do que se diz no § 7º, do Artigo 153, da chamada Lei Maior.

Denuncio este acontecimento para chamar a atenção das autoridades competentes, e da opinião pública em geral. Não mais se pode permitir esta discriminação religiosa, que atenta contra a consciência de muitos crentes,

dos que não professam o Catolicismo Romano, embora respeitando aos que seguem as doutrinas papais.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, em segundo lugar, eu gostaria de, rapidamente, rebater uma notícia que acabei de ler em alguns jornais, especialmente os de São Paulo, relacionada com o ilustre Governador do Estado de São Paulo. Que me desculpe S. Ex<sup>a</sup>, nós, que até aqui temos procurado elogiar-lo e ajudá-lo no seu projeto político pelo Estado de São Paulo. Mas, se é verdade que S. Ex<sup>a</sup> disse que o problema do "mandato tampão" deveria ir para o bojo das conversações no Palácio do Planalto, eu quero discordar de S. Ex<sup>a</sup> integralmente. Porque jamais passou pelo sentido do PMDB negociar qualquer "mandato tampão". O nosso plano é a eleição direta, já! Não podemos suportar mais esse caos em que o Brasil vive, no momento. Não podemos concordar, de forma nenhuma, com essa verdadeira desorganização que se forma neste Governo.

Ninguém sabe quem manda, ninguém sabe quem faz e os municípios, os assalariados, e o povo é que pagam por tudo isso. Nós não podemos concordar. Tenho a impressão de que S. Ex<sup>a</sup> falou numa hora inoportuna. Não estou acreditando que S. Ex<sup>a</sup> tenha dito isso. Mas, se disse, manifesto desde já a minha discordância com suas palavras porque o nosso plano é eleição direta, já! Nada de prorrogação de mandato. Os nossos mandatos de Deputados não foram prorrogados. Nós fomos eleitos pelo povo por quatro anos e queremos viver por esses quatro anos, e depois que o povo nos julgue pelo nosso trabalho, principalmente aqueles que não foram eleitos por ninguém. Como é que querem prorrogação de mandatos?

Portanto, não concordamos com o mandato tampão, esperamos que o nosso partido não concorde com essa tese e, desde já, manifesto-me completamente contrário à idéia de prorrogação, com um mandato tampão de 2 anos. Vamos para as eleições diretas já, em 1985, e nada de prorrogação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet.

**O SR. JORGE UEQUET** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

A cada novo Ministro da Previdência que assume, há um novo susto nos trabalhadores e aposentados. Assumem e começam a ler o discurso do Sr. Delfim Netto; medidas amargas, dificuldades, déficits, rigorismo, redução de benefícios, redução de assistência médica, redução de tempo de aposentadoria e todas as outras ameaças que os brasileiros já estão acostumados a ouvir deste Governo incompetente, despreparado e inoperante. Agora, não fugiu à regra o ilustre Senador, homem culto e respeitado desta Casa, Jarbas Passarinho.

Mal assumiu, e na ausência de alguma determinação maior, porque foi chamado de inopino, passou a ler o discurso do Sr. Delfim Netto.

É difícil crer que alguns homens dignos, honrados e cultos, ainda se atrevam a ler o discurso do Sr. Delfim Netto, que é o discurso do caos, que é o discurso da miséria, que é o discurso da pura e simples defesa do capital internacional, e os brasileiros que se ralem, que se lixem, que se resolvam como puderem, porque o Ministro do Planejamento não está aí para defender interesses de brasileiros pobres, está aí para defender interesses de grupos econômicos ricos.

Mas o Ministro da Previdência, quando fala em resolver alguns problemas da área, fala logo na ameaça aos pobres, aos aposentados e aos trabalhadores. Nega-se a examinar alguns fatos que a Oposição já trouxe ao conhecimento dos outros Ministros, mas que eles são despreparados para enfrentar.

Por exemplo, as companhias seguradoras fazem o seguro dos veículos automotores e recebem o prêmio por este seguro, recebem o valor da apólice. Na hora dos acidentes, quem paga é a Previdência Social, os hospitais atendem e quem paga é a Previdência Social. As seguradoras nunca reembolsam a Previdência desses valores, ou porque as vítimas não sabem quem são os causadores do acidente, ou porque as empresas não recolhem esses valores. São bilhões de cruzeiros, de 82 para cá, segundo levantamento que eu e o extinto Senador Nilo Coêlho fizemos nesta Casa.

Levamos a medida para que o seguro obrigatório de veículos automotores passasse a constar da renda da Previdência Social, passasse a fazer parte dos recolhimentos da Previdência.

O Ministro Delfim Netto, que é quem manda neste País — ninguém tem dúvida disso, ele manda e o General Figueiredo obedece, o General Figueiredo dá entrevistas, fica bravo, fica ranzinza, grita e discute, para cumprir ordens do Sr. Delfim Netto, porque o General Figueiredo pura e simplesmente faz o que o Ministro do Planejamento quer, porque ele não é Presidente, ele apenas cumpri as determinações do Sr. Delfim Netto. O Sr. Delfim Netto não quis que esse seguro saísse das seguradoras multinacionais. Apesar delas lesarem o INPS, apesar delas lesarem a Nação com esse comportamento indigno que elas têm, não deixou que esse seguro passasse à Previdência Social, e, imediatamente, mandou vender a Companhia Federal de Seguros, que era uma companhia da Previdência Social, que podia angariar esses recursos para a Previdência Social.

O outro fato que a Oposição tem alertado é o Caixa 2. Os bancos recebem os recursos da Previdência por um caixa, e aí esse dinheiro fica imobilizado de 10 a 12 dias, e por outro caixa pagam as despesas da Previdência. Às vezes, a Previdência tem bilhões em caixa e está pagando juros aos bancos. Um fato que eu alertei pela imprensa ao Ministro, e os Ministros não têm preocupação com isso, é que os bancos estão correndo atrás das grandes empresas para que elas depositem no seu banco a conta de pagamento da Previdência Social. Para isso, oferece às empresas retribuição de até 3% do valor total da conta — dinheiro do Governo, dinheiro da Previdência, dinheiro dos aposentados, dinheiro dos trabalhadores que os bancos retribuem lucros para as empresas pelo simples fato delas depositarem em determinadas agências bancárias! Isto o Governo não vê. Aliás, o Governo, no sistema bancário, não vê nada, porque o sistema bancário tem o controle deste Governo, o Sr. Delfim Netto se encarrega disso. Aos bancos nada, aos bancos apenas a proteção; aos brasileiros, ah! isto sim, aos brasileiros reduzir consulta médica, reduzir auxílios reduzir aposentadorias e até uma piada de muito mau gosto de alguns tecnocratas e alguns militares da reserva que se aposentaram cedo, de que a aposentadoria para os trabalhadores deve ser com 60 anos de idade. Isto é piada, isto é agressão, isto é violência, isto é descaso, isto é desrespeito. Eu até ponho dúvidas que um homem inteligente e culto como o Ministro Jarbas Passarinho tenha dito uma besteira dessa. Isto deve ser a coisa do Sr. Delfim Netto que não tem nenhum compromisso com os brasileiros, nem com o Brasil. Isto deve ser coisa daqueles tecnocratas do Sr. Delfim Netto, daqueles que mandam no Presidente da República, porque brasileiro sério nunca vai imaginar da aposentadoria ser apenas por tempo de serviço, e os brasileiros se aposentarem com 60 anos.

Eu encerro por ora, Sr. Presidente, e volto a esse assunto, porque não admito que a Previdência Social se transforme num algoz dos brasileiros, ela que é mantida pelos recursos brasileiros. Saliento a V. Ex<sup>a</sup> que os problemas da Previdência são ocasionados pela política do Sr. Delfim Netto, pelo desemprego, pelo arrocho salarial; diminui-se o salário, reduz-se o número de empregados e não se aumentam as parcelas que ingressam na Previdência Social. Nem o Sr. Delfim Netto aceitou a

proposta do Congresso de a tributação ser feita não pela folha de pagamento mas a tributação ser feita pela folha de faturamento das empresas, como é feito em alguns outros países — a Alemanha tem esse recolhimento, sobre o total de faturamento das empresas. Aqui, não! O Sr. Delfim Netto, que representa apenas os interesses não nacionais, quer que só os brasileiros contribuam, e os grandes lucros das empresas multinacionais, aquelas que têm tecnologia avançada e, portanto, empregam poucos trabalhadores, não contribuem para a manutenção da Previdência Social.

Por isso, o Congresso não pode ficar omissivo diante disso, especialmente quando alguns setores do Governo e da Previdência Social passam a agredir a trabalhadores e aposentados brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PDS — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia de ontem foi formalizada a formação do bloco parlamentar da fronteira, constituído pelos Deputados de Roraima, Amapá e Rondônia. O motivo da formação desse bloco foi exatamente a dissidência dos governadores daquelas unidades da Federação que, dissidindo da orientação partidária, estão contribuindo para que os parlamentares, no Congresso, adotem uma postura de demonstrar à Nação que não se conformam com esses governadores impostos, nomeados, sem nenhuma legitimidade, que para lá vão e, desconsiderando todas as lideranças locais, promovem uma verdadeira campanha de destruição dessas lideranças.

Os jornais de hoje comentam que o nosso bloco é mais uma dissidência dentro do Partido, que não é verdade. A dissidência é desses governadores que foram mandados por essas unidades da federação, Roraima, Amapá e Rondônia, e que, portanto, são irresponsáveis pelas atitudes que nós tomamos daqui para frente.

Era o registro que gostaria de fazer, reafirmando a tônica dada pelos jornais de hoje de que este bloco é de dissidência, quando, na realidade, a dissidência está nos senhores governadores nomeados para Rondônia, Roraima e Amapá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Joacil Pereira** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder de Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, como Líder.

**O SR. JOACIL PEREIRA** (PDS — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Cabe-me reprovar, *data venia*, não sei se é bem este o termo, os juízes temerários expedidos dessa tribuna da Oposição, com relação ao Presidente João Figueiredo e ao Ministro do Planejamento, numa adjetivação insólita e descortês.

O Presidente é o homem que exerce, em toda a sua plenitude, o Governo dentro do sistema presidencialista, e o Presidente João Figueiredo é um homem cioso e consciente das suas responsabilidades e da manutenção do princípio da autoridade.

Quanto ao Ministro Delfim Netto, tão malsinado pelo orador oposicionista que me antecedeu na tribuna, na verdade S. Ex<sup>a</sup> vem encontrando agora os caminhos dos reajustamentos econômicos para a política econômico-financeira do País. Os credores internacionais estão realmente emprestando mais dinheiro ao Brasil e dando uma prorrogação e até um prazo de carência para que saiamos da difícil conjuntura em que nos encontramos. Esse Ministro merece aplausos. S. Ex<sup>a</sup> foi realmente sensível



aos apelos da própria classe política, dos Deputados da Oposição, dos Deputados do Movimento de Participação e dos Deputados do PDS, de um modo geral, inclusive, e notadamente, daquela Comissão de Onze notáveis que levou sugestões para a política salarial e econômico-financeira do Governo.

Quanto ao Grupo que vem de se formar, o Grupo chamado de Fronteira, acaba de ser dito por um dos seus mais ilustres integrantes que não é uma disidência, esse grupo representa, portanto, uma divergência natural dentro das agremiações democráticas como a nossa. Espero que esse Grupo se reencontre com as diretivas do nosso Partido, notadamente agora, quando precisamos votar, com urgência, dentro do prazo constitucional, o Orçamento da República. Precisamos concluir a votação da Lei de Meios, que é a lei mais importante para o País, para a nacionalidade. Sem essa lei haverá prejuízo geral, inclusive para os Estados e Territórios da fronteira brasileira.

Reconhecendo a legitimidade dessa luta, a esse Grupo Fronteira também apelo, para que aceda, no sentido de votarmos, com a devida urgência, e dentro do prazo constitucional, a Lei Orçamentária. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

**O SR. LUIZ HENRIQUE** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Sociedade Ginástica de Joinvile, que é a mais antiga da América do Sul, acaba de comemorar, ao meio de movimentadas festividades desportivas e sociais, o seu jubileu de 125 anos de fundação.

Fruto da cultura e do espírito associativo do imigrante europeu, a Sociedade Ginástica de Joinvile, como tantas outras surgidas no Sul do Brasil, representou sempre um ideal; o de uma juventude limpa, sadia, forte e livre.

A ginástica foi em Joinvile uma atividade massificada ao longo dos anos, o que, lamentavelmente, arrefeceu nas últimas décadas, em que declinou o desenvolvimento esportivos nos clubes, nas escolas e até mesmo nas instituições militares.

A situação difícil por que passam as comunidades locais e os assalariados em geral, por outro lado, acabou esvaziando os clubes, diminuindo-lhes as receitas e diminuindo seus quadros associativos. Isto também se refletiu na Sociedade Ginástica de Joinvile, cuja diretoria, à frente o Presidente Wilmar Lemkuhe, luta com grandes dificuldades para mantê-la de portas abertas, como o fizeram os Presidentes anteriores, para citar apenas os mais recentes, Antônio Elísio e Haroldo Schaatschneider.

Mesmo assim, em 1982 a Sociedade Ginástica brilhou com sua equipe de Ginástica Rítmica Desportiva, que se sagrou vice-campeã brasileira. Dirigida pela extraordinária ex-atleta gaúcha Clotilde Tonial (que representou o Brasil em Campeonatos Mundiais da Modalidade), as moças de Joinvile são hoje uma das maiores forças nas evoluções com arco, massa, fita e bola, formando um conjunto belo e harmonioso, misto de condições atlética e femininidade, técnica e arte, estilo e graça.

Lá também estão os integrantes da Ginástica Olímpica, cujo naipe masculino é dirigido pelo consagrado ex-atleta rio-grandense Alfredo Penz (de tantas glórias para a ginástica brasileira) e que foi replantado e mantido, durante anos, pelo altruísmo e pelo ideal de um Professor Paulo Bravo.

No naipe feminino, há seis anos que Joinvile detém a primazia em Santa Catarina, o que também acontece com a equipe masculina há dois anos.

Um espírito raro, desenvolvido no Brasil, hoje, é do esporte para todos, todas as idades. Esse espírito, que começa a ser desenvolvido por uma campanha da SEED/MEC, já é centenária em Joinvile. Lá, na Sociedade Ginástica, temos uma tradição secular; a do Maennerriege,

que reúne ex-atletas de todas as idades, para a prática do Voleibol, seguida de uma confraternização, que não só garante, ao longo dos anos, a manutenção do vigor físico, mas também a integração e a amizade. Anualmente, os atletas veteranos de Joinvile e de Brusque se reúnem, lá ou cá, numa confraternização desportiva e social que, talvez, não tenha precedentes no Brasil. São os homens de hoje que mantêm uma velha tradição das antigas *turnverein* de Joinvile e de Brusque, hoje, Sociedade Ginástica e Sociedade Bandeirante.

Mas, o Ginástico não é só esporte. Suas atividades são estendidas, desde sua fundação, aos campos cultural e social. Sua sede, além de proporcionar grandes bailes, possui polivalência. E no mesmo salão onde se dança, se apresentam conjuntos teatrais, musicais e literários. Dotado da infra-estrutura de teatro, seu salão principal tem sido de grandes acontecimentos culturais da história de Santa Catarina.

Pela importância que representa essa Sociedade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não poderíamos deixar de salientar sua figuração no contexto nacional, ainda mais agora que ela se prepara para construir sua piscina olímpica coberta e térmica, para propiciar, ao longo da próxima década (facilitada pelo biótipo adequado do jovem joinvilense), um grande desenvolvimento à natação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Hélio Manhães** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães, que falará pela Liderança do PMDB.

**O SR. HÉLIO MANHÃES** (PMDB — ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Em primeiro lugar, reafirmamos os termos do pronunciamento do ilustre Deputado Jorge Uequet, que fez a revelação de alguns dados, por denúncia que são amplamente do conhecimento da opinião pública nacional, e que refletem o sentimento de preocupação do povo brasileiro com respeito à política da Previdência Social, às críticas recentemente formuladas pelo Ministro Hélio Beltrão, e não pela Oposição.

Quem criticou a política econômica do Governo, que está prejudicando o bom encaminhamento da Previdência Social no País, não foi a Liderança do PMDB, na Câmara dos Deputados, ou no Senado, não foi agora o Deputado Jorge Uequet. Foi o próprio Ministro Hélio Beltrão quem fez essas colocações, totalmente honestas, corretas, objetivas, dada a situação em que vai mergulhando, aliás, o caos que já vem reinando em torno da Previdência Social do País, cuja qualidade de serviço piora todo dia, reduzindo os benefícios daqueles que vêm contribuindo, há longos anos ou não, os trabalhadores no caso, para terem o seu direito de proteção, a sua previdência social.

De forma Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aquilo que disse o Deputado Jorge Uequet criticando o Ministro Delfim Netto, já não é nem notícia mais, já se transformou numa rotina. As críticas, mais veementes até não são somente da Oposição, e sim de todos os segmentos da sociedade brasileira, que sabem que o Brasil é hoje um país dependente do capital estrangeiro, que a política econômica do Brasil está infelicitando a vida do trabalhador, enfim, que este País está, vivendo uma crise sem precedente na sua história, e que somente um homem é todo-poderoso neste País — Ministro Delfim Netto. Somente ele sabe de tudo, troca ministro, coloca ministro, muda assessor, muda, em todo sentido, a política do Governo. Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB reafirmo, aporarmos o pronunciamento do Deputado Jorge Uequet, e, finalmente, dizemos ao Deputado Joacil Pereira, ilustre Líder do PDS, que realmente temos diante de nossos olhos, sobre a mesa, a Lei de Meios, a

lei que determina o Orçamento da República para o ano de 1984. Entretanto, aqui está exatamente um dos capítulos da história vergonhosa deste País — esta Lei — que é a lei mais importante — e realmente o é — é exatamente uma das leis sobre a qual nem ao Senador nem ao Deputado é dado o mínimo direito de influir, de decidir, de sugerir, de fazer nada, diante da Constituição arbitrária que aí está, que impede que o Poder Legislativo possa participar do programa de trabalho do Governo Federal e da Lei dos Meios.

Esta Lei pode ser a mais importante, mas não deixa de ser uma vergonha para nós congressistas, que não temos o direito de discuti-la, de emendá-la ou de apresentar sugestões ao Governo Federal.

Dentro dos princípios determinados pela Constituição Federal, estamos prontos a colaborar para que a Lei de Meios seja votada no prazo convencionado, porque entendemos que esta também é imperativamente uma obrigação da Oposição, mas não podemos, Sr. Presidente, deixar de lavar nos Anais do Congresso o nosso protesto sempre contra a Constituição arbitrária, que não permite a nós, parlamentares, participarmos da Lei de Meios.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

**O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Há vinte anos tragicamente era morto o Presidente John Fitzgerald Kennedy. Hoje o povo americano está registrando, bem como todos os líderes democráticos do mundo, a sua passagem à frente do governo dos Estados Unidos da América do Norte. O primeiro presidente católico que chegou a dirigir a nação norte-americana. Tivemos o prazer de acompanhar aqueles passos iniciais do seu governo, governo que tantas esperanças trouxe para a Humanidade, e, em particular, a todos nós, latino-americanos.

Naturalmente que no seu governo muitas das suas ideias, muitas das suas afirmações não puderam concretizar-se. Ao mesmo tempo, também no seu governo pelo menos três fatos graves ocorreram e proporcionaram danos às relações entre todos os povos e o governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Prefiro-me, em primeiro lugar, ao comércio internacional. O Presidente Kennedy tinha visão de que se fazia necessária a presença, dentro do contexto dos Estados Unidos com a América Latina, de um programa — em seguida à sugestão do Presidente Juscelino Kubitschek, a operação Pan-Americana. Criou a Aliança para o Progresso.

Na verdade, comparada com o que pôde ser realizado pelo governo americano em apoio aos países da Europa Ocidental, no pós-guerra, o Programa da Aliança para o Progresso foi uma verdadeira frustração em todo o continente latino-americano, porque não passava de migalhas de recursos para programas que não tinham maior finalidade do ponto de vista das reformas sociais, das reformas econômicas e das reformas políticas.

Ainda verificamos que John Kennedy foi o principal incentivador da corrida armamentista, no exato instante em que detonou a autorização para a ampliação do arsenal atômico, que hoje está a preocupar toda a humanidade, diante da ameaça, que concretiza, de instalações, na Europa e em outros pontos do Globo, desses arsenais atômicos voltados para uma guerra hipotética, e que constituem uma ameaça permanente contra a paz e contra os objetivos de convivência pacífica entre todos os povos.

E mais, Sr. Presidente, ele também fracassou no que tange à política dos direitos humanos, porque fez com que os órgãos de segurança, liderados pela CIA e pelo

militarismo; vendessem a idéia que estava apenas no arcaísmo dos subterrâneos desses sistemas que afligem permanentemente, pelo policiamento internacional, a independência dos povos, permitindo que se fizesse a invasão de Cuba, quando, na verdade, o que ele tinha que ter feito era uma reaproximação do governo dos Estados Unidos da América com Cuba, para impedir que ela ficasse permanentemente na órbita da Europa Oriental, ao invés de se somar às origens latino-americanas e, consequentemente, ao sistema interamericano.

É isso, Sr. Presidente, que quero, nesta manhã deixar registrado. Mas, também, quando se realizou aquela grande-marcha, onde se reuniram, pela primeira vez, mais de 200 mil pessoas em direção a Washington, em favor dos direitos de todos os que residem nos Estados Unidos e lá nasceram, em busca da eliminação da segregação racial, aquele episódio encontrou, do seu governo, o apoio e o incentivo para que mudassem as leis e começassem as grandes transformações para a integração, dentro dos Estados Unidos, entre todos, independentemente de cor, origem, raça ou credo.

E por isso que ele fez aquele célebre discurso à Nação, no dia 11 de junho de 1963, e aqui, como parte integrante do meu pronunciamento, Sr. Presidente, desejo que V. Ex.<sup>a</sup> autorize a transcrição.

Este não é um problema local. Dificuldade com segregação e discriminação racial existem em todas as cidades, em todos os Estados da federação, provocando em muitas cidades uma permanente onda de descontentamento que ameaça a segurança pública. Também não é um problema partidário numa época de crise (?). Os homens de boa vontade e generosidade dever ter a capacidade de se unirem, independentemente de partido ou da política. Isso não é sequer um problema legal ou legislativo apenas. É melhor resolver esses assuntos nos tribunais do que nas ruas, e precisamos de leis em todos os níveis, mas a lei sozinha não pode fazer os homens viverem direito.

Estamos, antes de tudo, diante de um problema moral. É tão antigo quanto as escrituras e tão raro como a Constituição Americana.

O cerne da questão é saber se todos os americanos devem ter direitos iguais e oportunidades iguais, se vamos tratar nossos concidadãos americanos de modo como desejamos ser tratados. Se um americano, porque sua pele é negra, não pode almoçar num restaurante aberto ao público, se não pode mandar seus filhos para a melhor escola pública disponível, se não pode votar nas autoridades públicas que o representam, se, em suma, não pode estruturar a vida plena e livre que todos nós queremos, então quem dentre nós ficaria contente se tivesse de mudar a cor de sua pele e ficar no lugar dele? Quem dentre nós ficaria contente com conselhos para ter paciência e esperar?

Cem anos de espera se passaram desde que o Presidente Lincoln libertou os escravos — e seus herdeiros, seus netos não são completamente livres. Ainda não ficaram livres dos laços da injustiça. Ainda não foram libertados da opressão social e econômica, e esta nação, apesar de todas as suas esperanças e de todo seu ufanismo, não será completamente livre até que todos os seus cidadãos sejam livres.

Nós pregamos a liberdade em todas as partes do mundo, e pregamos porque acreditamos, e alentamos nossa liberdade dentro do país, mas poderemos dizer ao mundo, e, coisa muito mais importante, dizer uns aos outros que esta é uma terra de liberdade, exceto para os negros; que não temos cidadãos de segunda classe, exceto os negros; que não temos um sistema de classes ou de castas, nem guetos, nem uma raça superior, exceto com respeito aos negros?

É chegado o momento de esta nação cumprir sua promessa. Os acontecimentos em Birmingham e em outras partes aumentaram tantos os clamores em prol da igualdade que nenhuma cidade, nenhum Estado, nenhuma as-

sembléia legislativa pode prudentemente tentar ignorá-los.

As chamas da frustração e da discórdia estão ardendo em todas as cidades, no Norte e no Sul, onde não há remédios legais a mão. A correção disso tudo é a procura nas ruas, em comícios, demonstrações, paradas e protestos que criam tensões, geram violência e ameaçam vidas.

Enfrentamos, portanto, uma crise moral, como país e como povo. Ela não pode ser resolvida com ação repressora da polícia. Não pode ser deixada às crescentes demonstrações de ruas. Não pode ser acalmada com atos positivos ou conversas. É tempo de agir no Congresso, na nossa cidade e no legislativo local e, acima de tudo, no dia-a-dia de nossas vidas."

(Discurso à Nação, 11-6-1963)

E, finalmente, numa mensagem que o Presidente Kennedy mandou ao Congresso, ele fala sobre os povos da América Latina.

"Os povos da América Latina são herdeiros de uma profunda crença na democracia política e na liberdade do homem — uma fé sincera em que o melhor caminho para o progresso é o caminho da liberdade. Mas se a Ata de Bogotá se tornar apenas mais uma declaração vazia — se não estivermos dispostos a empregar nossos recursos e energias na tarefa do progresso social e desenvolvimento econômico — então nós defrontaremos com o perigo grave e iminente de que os povos, desesperados, se voltem para o comunismo ou outras formas de tirania como sua única esperança de chance. Forças bem organizadas, peritas e fortemente financiadas os estão constantemente concitando a adotar esse rumo." (Mensagem ao Congresso.)

Mas ele também relacionou o que se deve fazer para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo à sua época. E em 10 pontos ele fez questão de analisar, principalmente o intercâmbio entre o Governo dos Estados Unidos e a América Latina, e ele então fala rigorosamente do problema do comércio internacional, da garantia dos preços das matérias-primas, que é hoje o ponto nevrálgico das nossas grandes dificuldades encontradas no comércio internacional, onde a oligarquia financeira pode avançar nos custos financeiros a seu bel-prazer, ao mesmo tempo em que não se consegue um acordo recíproco, através da UNCTAD, nas Nações Unidas, para garantia dos preços mínimos dos produtos primários, dos povos que ainda não estão ao lado dos povos desenvolvidos, mas à margem desse desenvolvimento que todos nós pregamos e que todos nós desejamos.

O que se deve fazer para enfrentar esses problemas?

1. Em primeiro lugar, um acordo interamericano que estabilize os preços e os mercados para as matérias-primas

2. Em busca desse momento objetivo, uma reavaliação de nossas quotas e tarifas para as importações, uma reavaliação de nossos problemas de estocagem de matérias-primas estratégicas e infungíveis e das possibilidades de estabelecer mercados comuns latino-americanos, assim como acordos que visem a conversibilidade das moedas.

3. Um banco interamericano de capital para o desenvolvimento para o qual contribuam todas as nações do hemisfério ocidental e do qual todas elas participem e cujo capital seja majoritariamente constituído por dólares norte-americanos.

4. Em consonância com um tal banco, a alocação para a América Latina de uma maior proporção dos fundos totais disponíveis do Fundo para o Financiamento do Desenvolvimento para os projetos apresentados pela América Latina.

5. A negociação de tratados sobre matéria tributária que encorajem o fluxo de investimentos privados a terras subdesenvolvidas cujos esquemas de isenções fiscais não encontram nenhuma correspondência em nossa estrutura tributária.

6. Um aumento dos programas de assistência técnica entre os Estados Unidos e a América Latina.

7. Um aumento do intercâmbio de estudantes, incluindo tanto alunos de graduação quanto de pós-graduação — não apenas com o objetivo de elevar o padrão educacional, mas também para promover à boa vontade e um melhor entendimento de ambos continentes.

8. Uma série de bolsas de estudo interamericanas no campo de medicina e da saúde pública, financiadas por todos os membros da Organização pan-americana da Saúde e que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de estudos de medicina e saúde pública nos Estados Unidos e em outros lugares.

9. A utilização racional de nossos excedentes agrícolas para remediar crises agudas de falta de alimentos, sem no entanto deslocar os mercados de outras nações latino-americanas.

10. Por-último, um novo programa de empréstimos para incentivar o estabelecimento em outros países de programas semelhantes a nossa Administração Doméstica para a Agricultura, a qual permite que pequenos arrendatários possam adquirir sua própria terra, por meio de empréstimo.

É por isso, Sr. Presidente, que eu desejo registrar nesta data o passamento do 20º aniversário da morte do Presidente Kennedy, na esperança de que o povo norte-americano passe a desviar-se do seu individualismo e olhe o horizonte do contexto latino-americano, no mundo contemporâneo, dentro de uma outra perspectiva, onde a integração dos nossos povos possa efetivamente trazer não só injustiça social, mas as reformas sociais e políticas econômicas, imprescindíveis a que a democracia, a liberdade, o respeito, aos direitos humanos e a interdependência dos povos sejam o primado da existência e da legalidade entre as nações. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concede a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há alguns anos decidiu a Sé Romana jubilar os seus bispos aos setenta e cinco anos de idade. Por isso D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, acaba de comunicar ao Vaticano que, no dia 7 de fevereiro do próximo ano, atingirá limite, cabendo a João Paulo II decidir se aceita a renúncia ou prefere a permanência daquele eminente artista à frente de seu rebanho.

Garante, desde logo, D. Hélder Câmara:

"De minha parte, não vou parar depois da aposentadoria. Havendo saúde e lucidez, continuarei com meu trabalho de bispo, no Brasil e no exterior. Recebo por ano mais de oitenta convites para falar lá fora e só posso, à frente da Arquidiocese, aceitar uns cinco, por conta dos compromissos com esse povo sofrido do Nordeste".

Procurado pela reportagem da **Folha de S. Paulo** e instado a falar sobre os episcopáveis, declarou o arcebispo pernambucano que, para a escolha, serão ouvidas todas as forças vivas da Arquidiocese, assinalando:

"Um bispo não é apenas um homem que tenta ser virtuoso e sente. Ele tem de ter seu coração aberto a todos e, principalmente, aos mais humildes, os prediletos de Deus".

Isso o que tem feito o Arcebispo de Olinda e Recife: ouvir, como um santo, todas as injúrias dos poderosos, enfrentar toda a cupidiez dos ricos, para proteger os humildes, sobretudo ensinando-lhes que a união faz a força, que o clamor dos deserdados pode, um dia, como

as trombetas de Jericó, fazer ruir as muralhas da intolerância e da injustiça social.

Bispo dos nordestinos, a mais sofrida gente da nossa Pátria, a voz de D. Hélder sempre se fez ouvir na defesa das suas reivindicações, na denúncia da sua pobreza, na indicação de remédios válidos para eliminar os efeitos da injusta distribuição da renda nacional, sempre feita em desprovelo dos mais carentes.

Ele mesmo adverte:

“Não esqueçamos os ricos, mas temos o dever de nos preocupar prioritariamente com os pobres, com os que sofrem injustiças. Durante anos, os bispos da América Latina e do Brasil achavam que um dos deveres da Pastoral era de ajudar a manter a autoridade, o Governo. Mas isso mudou. Quando as Nações Unidas, em estudos, dizem que mais de dois terços da humanidade estão vivendo em condições subumanas, é impossível continuar servindo de guarda dessa ordem social. Passamos a encorajar as massas na sua luta por uma vida humana. Se vivíamos perto das autoridades, de repente nos aproximamos do povo. E a riqueza se enriqueceu com isso”.

Essa atitude lhe valeu muitas injúrias e o Padre Hélder, como gosta de ser chamado, respondeu:

“Não guardo nenhum rancor. E não é virtude. Mas por uma graça de Deus que me vem protegendo para que jamais uma gota de ódio saia de mim. O ódio é o anti-amor. E como Deus é amor, o ódio é um anti-Deus”.

Não cabe numa breve comunicação a análise dessa grandiosa e magnífica personalidade. Fiquem essas páldas lembranças do seu pensamento como sincera homenagem que lhe prestamos. Com o nosso voto de que Sua Santidade João Paulo II não o libere, mas ele continue a servir ao povo, na doce escravidão do dever cristão.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Sales.

**O SR. FRANCISCO SALES** (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje estamos vendo aqui algo que nos assusta, que nos deixa perplexos. Veja V. Ex\* que durante o ano de 1982, no Orçamento da União, 0,62% era destinado ao Poder Legislativo. Já no ano de 1983, do Orçamento da União, apenas 0,60% foi destinado ao Poder Legislativo. E no ano vindouro mais uma vez o Poder Legislativo é desprestigiado, relegado ao segundo plano, já que foi contemplado com apenas 0,54% do Orçamento da União. É claro que há uma escala decrescente.

Sr. Presidente, eu não espero nada do Poder Executivo, porque, veja V. Ex\*, o Orçamento atual da União vem desprestigiando, dia a dia, o Poder Legislativo — Câmara dos Deputados Senado Federal. Enquanto nós, deste Poder Legislativo, temos a responsabilidade de legislar, de representar o povo brasileiro, de trabalhar, representando todos os Estados brasileiros e municípios, somos apenas contemplados com 0,54% — menos de 1% — representando ainda uma escala decrescente de 1982/83 e 84, o Gabinete da Presidência da República foi contemplado, para o ano de 1984, com 269 bilhões 810 milhões de cruzeiros, o que representa um número bem superior ao que foram contemplados a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Veja V. Ex\* que a Câmara dos Deputados foi contemplada, dentro do Orçamento da União, com apenas 56 bilhões, 537 milhões e 200 mil cruzeiros, o Senado Federal foi contemplado com 49 bilhões, 133 milhões e 700 mil cruzeiros, e o Tribunal de Contas da União foi contemplado com apenas 10 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, num total de 116 bilhões e

279 milhões e 900 mil cruzeiros. Enquanto isso, o Gabinete da Presidência da República tem duas ou três vezes mais do que o Poder Legislativo do País, que sequer tem o direito de opinar, sem ter direito a nada, nem de dizer se está bom ou não.

Tenho em mãos o parecer do nobre Deputado Relator da matéria, onde diz o seguinte:

Somos pela sua aprovação, embora convencidos de que a crescente exiguidade de recursos que nos são disponíveis dificultará ao Congresso Nacional o exercício de suas funções, em especial nos referimos à atribuição fiscalizadora que nos cabe exercer por delegação constitucional.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. JORGE CARONE** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone, pela ordem.

**O SR. JORGE CARONE** (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez venho reclamar que, quando vim para esta Casa, apresentei um projeto mudando o art. 176 do Regimento, para acabar com o voto de Liderança. O referido projeto, se não me engano, está em mãos do nobre Vice-Presidente, Deputado Paulino Cícero. Há poucos dias, o Deputado Flávio Marcílio declarou que esse artigo era inconstitucional e anti-regimental.

Eu gostaria, então, de renovar esta reclamação, que venho fazendo repetidas vezes, porque eu pretendo, se não for modificado o sistema de um Líder votar por 50, por 60, por 200, eu entrarei na Justiça. Eu estou reclamando para poder comprovar que eu estou sendo obrigado a tomar determinadas atitudes como esta, de reclamar, porque a tramitação do meu projeto está paralisada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Para registro, V. Ex\* será atendido, mas a reclamação deverá ser feita diretamente ao Sr. Presidente da Câmara.

Não há mais oradores inscritos.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** — PDS — RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nos termos do art. 29, § 2º, do Regimento Comum, sendo evidente a falta de **quorum**, solicito a V. Ex\* a suspensão da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — A solicitação de V. Ex\* é procedente.

A Presidência irá declarar o encerramento da sessão, após fazer ao Plenário duas comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, o Projeto de Lei nº 16, de 1983-CN, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz e dá outras providências, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, uma vez que não foi apreciado no prazo estabelecido nº § 2º do citado dispositivo constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação de partes do Projeto de Lei nº 8, de 1983-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1984.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Miranda) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 36 minutos.)

## Ata da 375ª Sessão Conjunta, em 22 de novembro de 1983

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. Martins Filho*

ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soarés — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marccondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.



**Maranhão**

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Arape — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

**Paraíba**

Adauro Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tareisio Buriti — PDS.

**Pernambuco**

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymond Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

**Rio de Janeiro**

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Omar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pauli-

no Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulyses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Arolde Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi —

PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinal Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — As lidas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Ruy Côdo.

**O Sr. Paulo Guerra** — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Paulo Guerra.

**O SR. PAULO GUERRA** (PDS — AP. Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente.

Face à ausência do Deputado Ruy Côdo e sendo evidente a falta de "quorum", com fulcro no Regimento, solicito a V. Exª que seja suspensa a sessão.

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, para uma questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Hélio Duque.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR. Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente:

Eu solicitaria a V. Exª que fizesse constar a convocação, através da campanha, como é comum no Congresso Nacional, pelo prazo de dez minutos, para que se

obtenha o "quorum" necessário para o prosseguimento desta sessão, que tem assuntos transcendentes, de alta importância, em termos de economia deste País e também dos Estados e Territórios brasileiros. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Francisco Sales** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Francisco Sales.

**O Sr. Francisco Sales** (PDS — RO. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente:

O Regimento Comum diz que, em qualquer momento, sendo evidente a falta de **quorum**, qualquer Parlamentar, qualquer Congressista pode solicitar a suspensão da sessão.

Então, baseado no art. 29, § 2º, solicito a suspensão da sessão.

**O SR. ARMANDO PINHEIRO** — Sr. Presidente para uma questão de ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Decidindo a questão de ordem do nobre Deputado Francisco Sales, com base no § 1º do art. 29, que passo a ler:

"Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 minutos, a complementação do **quorum**; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Está suspensa a sessão por 10 minutos. Acionarei a campanha.

(A sessão é suspensa às 18 horas e 43 minutos e é reaberta às 18 horas e 53 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está reaberta a sessão

Persiste a falta de **quorum**.

Nos termos dos arts. 55, § 1º, in fine, e 51, § 3º, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19:00 horas, com a seguinte Apreciação dos Projetos de Lei nºs 11 e 12, de 1983-CN (9ª sessão); 14, de 1983-CN (5ª sessão); 15, de 1983-CN (2ª sessão); e 16, de 1983-CN (1ª sessão);

Apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 99, de 1983-CN (10ª sessão); 101 e 104, de 1983-CN (3ª sessão); e 103 e 105, de 1983-CN (2ª sessão); e

Apreciação das Mensagens Presidenciais nºs 108 e 110, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.054 e 2.056, de 1983 (10ª sessão).

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

## Ata da 376ª Sessão Conjunta, em 22 de novembro de 1983

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES

Iris Célia — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto —

Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marccondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Derval de Paiva — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel

Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

#### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

#### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

#### Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidid — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite —

PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colín — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Sieg

fried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS. Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — As linhas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 469 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

**O Sr. Armando Pinheiro** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Armando Pinheiro.

**O SR. ARMANDO PINHEIRO** — (PDS — SP. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Regimento Comum do Congresso, pelo seu art. 34, estabelece que, "na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão". O art. 77 estabelece que "a proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício máximo de 10 (dez) dias após sua leitura". E o art. 78 estabelece que "encerrada a discussão, passar-se-á à votação da proposta, concedendo-se a palavra aos inscritos para seu encaminhamento".

Muito bem, Sr. Presidente. Há duas propostas que caminham anexas: a de nº 63, de 1982, de autoria do ex-Senador Mauro Benevides, e a de nº 1, de 1983, de autoria nossa, conjuntamente com duzentos Srs. Parlamentares, que estabelece o retorno das eleições diretas para os prefeitos das Capitais.

Estranhamente, Sr. Presidente, essa matéria que já constou da Ordem do Dia, que teve na Emenda Benevides a sua discussão encerrada, e que teve a discussão iniciada da proposta de nossa autoria, ela deveria ter voltado à Ordem do Dia e na pior das hipóteses dentro dos 35 dias da sua leitura. Portanto, verifica-se, Sr. Presidente, que o Regimento Comum não está sendo cumprido.

Mas acrescento mais, Sr. Presidente. Quero propostas, incluindo aquelas que estão previstas para as sessões de amanhã, bem posteriormente a essas por mim ora citadas, já estão incluídas na Ordem do Dia. Acrescento mais, Sr. Presidente. A bancada do PDS, através da maioria dos seus membros, requereu ao Líder Nelson Marchezan, por escrito, na semana passada, a inclusão dessas propostas nas sessões dos dias 23 e 24. E mais do que isso: manteve contato com o Presidente efetivo do Congresso, Senador Moacyr Dalla, com o Líder Senador Aloysio Chaves, com o Líder em exercício Senador Aderbal Jurema, com o Líder, na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, e manteve contato com as lideranças das Oposições, e verifico que há consenso na inclusão dessas matérias na Ordem do Dia. Não sei por que razão, até porque seria um desrespeito à expressa vontade da maioria dos Srs. Senadores e Deputados, não sei por que o projeto que restabelece eleições dos prefeitos, nas Capitais, não será submetido à votação, uma vez que não consta, na programação deste exercício. Isso representa uma violência, Sr. Presidente, e representa, acima de tudo, uma infringência regimental.

Levanto a questão de ordem, pedindo respeitosamente a V. Exª que interceda junto ao Presidente efetivo, aos demais Membros da Mesa, e que receba como questão de ordem e como reclamação, para que não seja usurpada a Ordem do Dia, e para que a vontade expressa da maioria dos seus Congressistas seja cumprida, no seu di-

reito irrevogável de votar e de decidir matérias em trâmite.

Era o que eu desejava expor, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Assis Canuto** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Um momento.

Deputado Armando Pinheiro, V. Exª transforma a questão de ordem em reclamação?

**O Sr. Armando Pinheiro** — Levantei uma questão de ordem e peço que seja recebida, também, se possível for, como reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos, para que eu tenha um pouco de tempo para responder à questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Armando Pinheiro.

**O Sr. Assis Canuto** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Assis Canuto, pela ordem.

**O SR. ASSIS CANUTO** — (PDS — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

É evidente a falta de quórum. E baseado no art. 29, § 2º do Regimento Comum, pedimos a suspensão da sessão.

**O SR. CARDOSO ALVES** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Passarei a responder agora, à questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Armando Pinheiro.

Submeterei à apreciação do Presidente do Congresso Nacional, tendo em vista a complexidade da questão de ordem levantada por S. Exª. E creio que, oportunamente, V. Exª receberá a resposta à altura da questão de ordem levantada.

**O Sr. Assis Canuto** — Sr. Presidente, eu levantei uma questão de ordem cuja decisão aguardo de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra a V. Exª, Deputado Assis Canuto, para uma questão de ordem.

**O SR. ASSIS CANUTO** (PDS — RO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Repetindo o que já disse, baseado no art. 29, § 2º do Regimento Comum, é evidente a falta de quórum. Portanto, pedimos o encerramento da presente sessão.

**O Sr. Cardoso Alves** — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves, para contraditar a questão de ordem levantada pelo Deputado Assis Canuto.

**O SR. CARDOSO ALVES** (PMDB — SP. Para contraditar questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Acho que a questão de ordem levantada não tem o menor fundamento. É evidente o quórum, basta olhar. Este Congresso nunca se reuniu, num início de uma sessão, com tantos parlamentares. Não entendo por que, Sr. Presidente, determinados colegas insistem em privar os seus outros colegas de se manifestarem no início da sessão. Não entra na minha cabeça que um Deputado queira, através de uma questão de ordem sem o menor fundamento, impedir que outros colegas, que aqui per-

maneceram até agora, de pé ou acomodados, à espera da reabertura da sessão, para transmitir o seu recado às suas cidades, às suas populações. Por outro lado, atrás da Mesa, há um número imenso de Srs. Congressistas procurando se inscrever para a matéria que será submetida à discussão amanhã.

Não sei por que, Sr. Presidente, querem perturbar a sessão, onde há tantos Deputados presentes. Nem sempre há tantos Congressistas, no plenário, como neste instante.

Sr. Presidente, mas também quero usar da palavra, neste instante, para respaldar a questão de ordem levantada pelo ilustre prócer do PDS, o nobre Deputado Armando Pinheiro, que reclama que propositura sua, que restabelece as eleições diretas nas Capitais, e a mesma, muito mais ampla, do nobre ex-Senador Mauro Benevides, com discussão encerrada, seja submetida ao Plenário. O PMDB também não entende por que essa matéria não vem ao Plenário. Ou a Mesa tem medo de submeter a matéria ao Plenário?

Não tem sentido, Sr. Presidente, o PDS pretender, o PMDB pretender, e a Mesa do Congresso Nacional não submeter à Casa matéria dessa importância, que é amplamente desejada pelo povo, que está com discussão encerrada, ao exame dos Srs. Congressistas.

Assim sendo, neste instante, por meu intermédio, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, reiterando a sua posição favorável a eleições diretas em todos os patamares da administração pública, respalda a questão de ordem do nobre Deputado Armando Pinheiro, e reclama, também, que a matéria venha ao Plenário. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — A Presidência passará a responder à questão de ordem.

Convido um membro da Mesa da Câmara dos Deputados, para se proceder à chamada.

**O Sr. Assis Canuto** — Sr. Presidente, só tem um Senador presente, e evidente.

**O SR. HÉLIO DUQUE** — Há quórum na Casa, Sr. Presidente, o Regimento Comum não pode ser interpretado ao bel-prazer de questões regionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Convido um membro da Mesa da Câmara dos Deputados para se proceder à chamada dos Srs. Deputados.

**O Sr. Assis Canuto** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Assis Canuto, para uma questão de ordem.

**O Sr. Assis Canuto** — É regimental o nosso pedido, Sr. Presidente, tendo em vista o Regimento Comum.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Estou atendo à questão de ordem de V. Exª. Vou proceder à chamada.

**O Sr. Assis Canuto** — É visível a ausência dos Senadores aqui no plenário, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, levantaria uma outra questão de ordem, a título de ajuda à Mesa, e para não haver maiores delongas. Solicitamos a V. Exª que inicie a chamada pelo Senado, chamando primeiramente os Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — V. Exª é Senador?

**O SR. ASSIS CANUTO** — É uma ajuda à Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Atendo à questão de ordem levantada por V. Exª, como Deputado.

**O SR. ASSIS CANUTO** — Aguardamos as proficientes decisões de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — A Presidência vai proceder à chamada, para verificação de **quorum**, que será feita do Sul para o Norte.

Procede-se à chamada

Respondem à chamada os Srs. Deputados:

#### **Espírito Santo**

Luiz Baptista — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB.

#### **Rio de Janeiro**

Brandão Monteiro — PDT; Clemir Ramos — PDT; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Nery — PDT.

#### **Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Milton Reis — PMDB; Raul Belém — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### **São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Ruy Codo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

#### **Goiás**

Brasílio Caiado — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

#### **Paraná**

Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Norton Ma-

cedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### **Santa Catarina**

Dirceu Carneiro — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PDS.

#### **Rio Grande do Sul**

Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Oly Facchin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### **Amapá**

Paulo Guerra — PDS.

#### **Roraima**

Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, inerente ao processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, para uma questão de ordem.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR.) — Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Como V. Ex<sup>a</sup> pode atestar, na Câmara dos Deputados existe um número acima do que regimentalmente se exige. Nesta Casa, por outro lado, é norma parlamentar, desde que o Congresso Nacional passou a ter a sua primeira sessão na sua verdade histórica, um nível de respeito entre os companheiros para que, mesmo quando se suscitam questões de ordem obstrucionistas, se respeite o período de Breves Comunicações, porque cada parlamentar que está aqui é representante de um rincão com igual nível de importância.

Não é justo, Sr. Presidente, que sendo o Parlamento o fundamento de falar, de conversar, de trazer fatos, se impeça a manifestação num período de breves comunicações; nada tenho a opor a obstrução na Casa, quando se trata de processo de votação.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que agora, em relação à Câmara dos Deputados, atestou-se a existência de **quorum**, e como existe um número regimental de Srs. Deputados que desejam

falar nesta sessão, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que aceite o período de 30 minutos de breves comunicações, porque, em seguida, poder-se-á fazer nova questão de ordem com caráter obstrucionista e absolutamente legal. (Muito bem!)

**O Sr. Assis Canuto** — Sr. Presidente peço a palavra, para uma questão de ordem a fim de contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Assis Canuto, para uma questão de ordem.

**O SR. ASSIS CANUTO** (PDS — RO — Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não queremos discutir os méritos das normas e das tradições da Casa; pedimos a suspensão da sessão, baseados no Regimento, que preside as nossas ações nesta Casa.

Naturalmente, não vai aqui nenhum ato de desalegância e desconsideração aos nossos companheiros que estão inscritos; no entanto, deixamos a critério da douda Mesa atender à questão de ordem do nobre Deputado Hélio Duque, permitindo que seja realizado o período de breves comunicações e em seguida seja suspensa a sessão. No entanto, apesar das normas, e não há jurisprudência firmada, nós pedimos a suspensão da sessão, baseados no Regimento Comum, que preside nossas ações nesta Casa. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — A Presidência decidirá à luz do Regimento Comum.

Estão presentes no Plenário 80 Srs. Deputados. Há o **quorum** mínimo na Câmara dos Deputados para funcionamento da sessão.

A Presidência verifica, no entanto, que até o momento não há o **quorum** mínimo no Senado. Assim, nos termos do § 2º, do art. 29, do Regimento Comum, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs: 16, 18 e 58, de 1982, e 22, 23, 38, 39 e 40, de 1983, que alteram dispositivos da Constituição Federal referentes a matéria tributária.

**O SR. PRESIDENTE** (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)



# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	.....	Cr\$	3.000,00
Ano	.....	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	.....	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	.....	Cr\$	3.000,00
Ano	.....	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	.....	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP 70.160

# **CÓDIGO DE MENORES**

*(edição: 1982)*

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que “Institui o Código de Menores”
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

**512 Páginas**

**Preço: Cr\$ 1.000,00**

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –  
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-  
TAL*

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 107/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**